



131
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0266333-0

APELANTE: José Augusto Soares Ferreira

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. BASE DE CÁLCULO DE GRATIFICAÇÕES. SÚMULA VINCULANTE Nº 16. MONTANTE TOTAL NÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS VINCULANTES Nº 04 E Nº 15 DO STF. APELO IMPROVIDO. 1. De proêmio, anotou-se estar correta a sentença de primeiro grau ao pontuar que parte das diferenças pleiteadas estão prescritas, tendo em vista que *"a demanda apenas foi proposta em 24 de outubro de 2008, portanto estaria prescrito o intervalo temporal dos pedidos anteriores a 24 de outubro de 2003"*. 2. De igual modo, também entendeu-se pela ocorrência da prescrição referente à pretensão de percepção das vantagens pecuniárias incidentes sobre o valor total da soma do vencimento-base mais o valor pago sob a rubrica de complemento de salário-mínimo, eis que o denominado complemento do salário-mínimo só foi pago até o mês de abril de 2003, e a demanda foi proposta apenas em 24 de outubro de 2008. 3. De toda forma, para fins de esclarecimento, registrou-se ser improcedente o pedido de que o cálculo das gratificações (gratificação de plantão, gratificação de emergência e gratificação de risco de vida) seja efetuado sobre o somatório do vencimento-base acrescido do complemento do salário-mínimo, pois o salário-mínimo não pode ser validamente utilizado como base de cálculo para fixação de remuneração de servidor público, nem por efeito reflexo. 4. As gratificações de plantão, de emergência e de risco de vida devem ser calculados nos termos da lei de regência específica, via de regra incidindo sobre o vencimento-base do cargo, ainda que este vencimento-base tenha valor inferior ao salário-mínimo nacional. 5. Pensar diversamente implicaria em vincular o pagamento de uma vantagem ao valor do salário-mínimo, em violação expressa à regra inserta no art. 7º, IV, da Carta Magna. 6. Referido dispositivo refere-se à *remuneração* global do servidor, composta do vencimento básico e demais vantagens, cujo montante total não poderá ser inferior ao salário mínimo, tal como espelha a Súmula Vinculante do STF nº 16. 7. Pacificou-se no Supremo Tribunal Federal o entendimento no sentido da vedação à vinculação da remuneração (ou de parcelas remuneratórias) de servidor público ao salário mínimo. 8. Assim, a base de cálculos das gratificações pleiteadas é o vencimento básico, ainda que inferior ao mínimo. 9. Entendeu-se que no caso concreto, a remuneração do autor, segundo se observa do demonstrativo de pagamento, alcançava montante superior ao salário mínimo pago à época. 10. Ademais, não se vislumbrou qualquer decurso remuneratório nos vencimentos do autor/apelante, conforme se depreende dos demonstrativos de pagamento acostados aos autos pelo autor. 11. Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0266333-0, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0266333-0

APELANTE: José Augusto Soares Ferreira

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença proferida nos autos da **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer**, proposta por **José Augusto Soares Ferreira** em face do **Estado de Pernambuco**, julgada **improcedente** pelo Juízo de primeiro grau, nos seguintes termos:

“Durante todo o lapso temporal referido, o demandante recebeu, inclusive em créditos líquidos, *quantum* superior ao mínimo vigente nos anos e meses requeridos, conforme fls. 30/38 e 60/65.

Posto isto, e pelo que mais consta dos autos, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor, com resolução do mérito, fundamentado no art. 269, I do CPC.

Sem custas, por força da gratuidade. Honorários que fixo, por equidade, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), cuja execução ficará suspensa por força do art. 12 da Lei nº 1.060/50 P.R.I.C.” (fls.84v.)

No caso em tela, sustenta o autor, em sua petição inicial, ter ingressado no serviço público estadual em março de 1991, sendo designado em dezembro de 2000 para trabalhar em regime de plantão contínuo, percebendo vencimento-base em valor superior ao salário mínimo vigente na época, acrescido de vantagens pecuniárias variáveis (gratificação de plantão, gratificação de emergência e gratificação de risco de vida), cujos valores eram calculados sobre o vencimento base.

Informou, contudo, que o Estado, em várias ocasiões, não realizou corretamente o pagamento, seja por não considerar o vencimento base acima do salário mínimo, seja por desconsiderar o somatório (vencimento base mais diferença de salário/complemento para o mínimo) para efeito do cômputo das vantagens pecuniárias, quando, em determinado período, o vencimento base foi pago sob rubricas distintas.

Aduziu que o Estado de Pernambuco ao reduzir seu vencimento base para um valor abaixo do mínimo, e calcular suas vantagens a partir desse valor, estaria afrontando o princípio da irredutibilidade dos vencimentos.

Requeru a condenação no pagamento das **diferenças dos vencimentos base**, no período de abril de 2003 a março de 2006, no valor de R\$ 8.819,93 (oito mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e três centavos) e, bem assim, do *quantum* referente a **diferenças de vantagens pecuniárias**, entre abril de 2001 a março de 2006, no valor de R\$ 10.196,47 (dez mil, cento e noventa e seis reais e noventa e quarenta e sete centavos), por entender que estas deveriam incidir sobre o vencimento base acrescido do complemento para o salário mínimo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Inconformado com a sentença de improcedência, o autor **apelou** (fls.87/93) aduzindo que a sentença *a quo* deixou de analisar de maneira clara vários aspectos do pedido, pois não considerou a indevida a redução do vencimento-base do recorrente, além de ter considerado indevidamente prescrita parte do pedido.

Afirma, ainda, que o cálculo do percentual das vantagens pecuniárias (gratificação de plantão, gratificação de emergência e gratificação de risco de vida), estaria incidindo única e diretamente apenas sobre o vencimento base, ficando excluída a repercussão da vantagem “diferença de salário mínimo” sobre o cálculo das vantagens pecuniárias.

Aduziu que o Estado, ao desvincular a vantagem denominada de “diferença do salário mínimo” do “vencimento-base” reduziu a evolução do cálculo das vantagens pecuniárias (gratificação de plantão, gratificação de emergência e gratificação de risco de vida).

Por fim, requereu o provimento do apelo com a reforma da sentença.

Em suas contra-razões (fls. 99/104), argúi o Estado de Pernambuco, em síntese: (i) a prescrição quinquenal, e (ii) ausência do direito apontado pelo apelante, porquanto a administração procedeu corretamente ao pagamento das gratificações, além de não ter havido nenhum decesso remuneratório.

O Ministério Público com assento nesse Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse público no feito (fls.117/120).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 20 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

132
0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0266333-0
APELANTE: José Augusto Soares Ferreira
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, trata-se de ação de cobrança de diferença de verbas salariais, na qual se questiona a base de cálculo das gratificações de plantão, de emergência e de risco de vida, para as quais deveria ter sido adotado, segundo o autor, o valor do vencimento-base acrescido do valor pago à título de complemento para atingir o salário-mínimo.

O Estado, em suas *contra-razões de apelação*, sustenta: (i) a prescrição quinquenal e (ii) ausência do direito apontado pelo apelante, porquanto a administração teria procedido corretamente ao pagamento das gratificações, além de não ter havido nenhum decesso remuneratório.

Pois bem.

De proêmio, anoto estar correta a sentença de primeiro grau ao pontuar que parte das diferenças pleiteadas estão prescritas, tendo em vista que *"a demanda apenas foi proposta em 24 de outubro de 2008, portanto estaria prescrito o intervalo temporal dos pedidos anteriores a 24 de outubro de 2003"* (fls. 83v).

De igual modo, também entendo pela ocorrência da prescrição referente à pretensão de percepção das vantagens pecuniárias incidentes sobre **o valor total da soma do vencimento-base mais o valor pago sob a rubrica de complemento de salário-mínimo**, eis que o denominado complemento do salário-mínimo só foi pago até o mês de abril de 2003 (fls.29), e a demanda foi proposta apenas em 24 de outubro de 2008:

"Entendo que este pedido também foi atingido pelo instituto da prescrição, vez que não há nos autos prova de que o referido pagamento, a título de *complemento de salário mínimo*, tenha sido pago para além do mês de abril de 2003, período fora do lapso temporal de cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente ação, conforme documentos de fls. 29 e 59". (fls. 84)

De toda forma, para fins de esclarecimento, registro ser improcedente o pedido de que o cálculo das gratificações (gratificação de plantão, gratificação de emergência e gratificação de risco de vida) seja efetuado sobre o somatório do vencimento-base acrescido do complemento do salário-mínimo, pois o salário-mínimo não pode ser validamente utilizado como base de cálculo para fixação de remuneração de servidor público, nem por efeito reflexo.



) 33
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Deveras, as gratificações de plantão, de emergência e de risco de vida devem ser calculados nos termos da lei de regência específica, via de regra incidindo sobre o vencimento-base do cargo, ainda que este vencimento-base tenha valor inferior ao salário-mínimo nacional.

Pensar diversamente implicaria em vincular o pagamento de uma vantagem ao valor do salário-mínimo, em violação expressa à regra inserta no art. 7º, IV, da Carta Magna.

Referido dispositivo refere-se à *remuneração* global do servidor, composta do vencimento básico e demais vantagens, cujo **montante total** não poderá ser inferior ao salário mínimo, tal como espelha a Súmula Vinculante do STF nº 16, *verbis*:

“Os arts. 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público”.

Destarte, pacificou-se no Supremo Tribunal Federal o entendimento no sentido da vedação à vinculação da remuneração (ou de parcelas remuneratórias) de servidor público ao salário mínimo.

Nesse sentido o Supremo Tribunal Federal editou, primeiro, a Súmula Vinculante nº 04, que tem o seguinte teor:

“Salvo os casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”

Mais recentemente, editou a Súmula Vinculante nº 15:

“O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário-mínimo”.

Dentre os *motivos determinantes* desses enunciados está a idéia de que o aumento do salário-mínimo não pode produzir nenhum tipo de “efeito cascata”.

Assim, a base de cálculos das gratificações pleiteadas é o vencimento básico, ainda que inferior ao mínimo.

Diante de tudo que foi exposto, entendo que no caso concreto, a remuneração do autor, segundo se observa do demonstrativo de pagamento de fls. 23/38, alcançava montante superior ao salário mínimo pago à época.

Ademais, não vislumbro qualquer decesso remuneratório nos vencimentos do autor/apelante, conforme se depreende dos demonstrativos de pagamento acostados aos autos pelo autor (fls.23/38).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por todo o exposto, **nego provimento** ao recurso de apelação, em ordem a manter a sentença de primeiro grau.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator